# A Simpatia Moral Como Princípio de Solidariedade em Adam Smith

**[Moral Sympathy as a Principle of Solidarity in Adam Smith]**

Samuel Silvestre Zaqueu[[1]](#footnote-2)

Juvencia Alberto Fernando[[2]](#footnote-3)

# Resumo

O artigo tem como objectivo geral, analisar a simpatia moral como princípio de solidariedade em Adam Smith. Para a concretização da pesquisa, foram empregues os métodos de revisão bibliográfica e interpretação textual. Segundo Smith, a simpatia é a capacidade que os indivíduos têm de participar das emoções do outro, e constitui a base da aprovação moral porque permite que no acto de imaginação, ao colocar-se no lugar do outro, o homem seja capaz de observar a sua própria acção para moralmente poder julgá-la se merece aprovação ou desaprovação. Consequentemente, a simpatia sendo a capacidade de compartilhar emoções, imaginar os sentimentos dos outros, é o acto e sentimento de solidariedade. O pensamento de Smith oferece ao mundo actual um ponto de vista integral para a construção da humanidade.

**Palavras-chave:** Simpatia moral; aprovação moral; Solidariedade**.**

**Abstract**

The article aims at analyzing moral sympathy as a principle of solidarity in Adam Simith. For the accomplishment of the research were used the methods of bibliographic revision and textual interpretation .According to the sympathy and ability of individuals to participate in the emotions of the other and is the basis of moral approval because it allows in the act of imagination when putting in the place of the other man is able to observe his own action to morally power judges it deservesapproval or disapproval. consequently the sympathy being the ability to share emotions to imagine the feelings of others and the act and feeling of solidarity. The thought of smith offers to the present world an integral point of view for the construction of humanity.

**Key words:** moral sympathy; moral approval; and solidarity

1. **Introdução**

O presente artigo é subordinado ao tema: *A Simpatia Moral Como Princípio de Solidariedade em Adam Smith.* O tema corresponde a área disciplinar de Ética e tem como objecto de estudo a “Simpatia Moral”. No âmbito social, o motivo que estimulou a escolha do tema, deve-se ao facto de ultimamente assistirmos várias situações deploráveis, de condição precária que os homens têm vivenciando, o que faz com que se clame pela atenção do outro.

Smith usa o termo simpatia como sinónimo do termo solidariedade. A simpatia é a capacidade que naturalmente os homens têm de sentirem solidariedade pelo próximo ao se colocar na situação em que o outro se encontra ou na dor que o outro sente. Nessa perspectiva, ao trazermos a contribuição do pensamento moral de Smith, temos a pensar que será possível não rebuscar os valores morais, isto porque já existem, mas, revitalizar o bom senso da nossa dimensão sentimental em compatibilidade com os nossos valores humanos e sociais, de modo a favorecer a criação de aproximações saudáveis entre os homens numa sociedade, em que, com tamanhas tendências viradas ao capitalismo, à satisfação de interesses individuais, parece estar-se a viver numa concreta absolutização do “egoísmo”, da perda dos valores sentimentais, o que afecta de modo severo a afirmação ou expressão exterior dos sentimentos nobres para com a convivência mútua e sã entre os homens.

A grande preocupação de Smith, é de procurar explicar a origem de nossos sentimentos morais por meio da conduta dos homens, onde se pode moralmente aprovar ou desaprovar as acções. Sendo assim, uma vez que o princípio da aprovação moral é a questão que caracteriza e distingue os vários sistemas de Filosofia Moral, Smith reconhece primeiramente que tal princípio não é inteiramente de origem moderna, mas antiga. Nesse sentido, afirma que os antigos moralistas tiveram o mérito de descrever de maneira geral o sentimento sobre o qual se fundam a justiça, a humildade, a veracidade, e com que meio de acção comum essas virtudes nos estimulariam a seguir habitualmente.

Embora os sistemas antigos que trataram da questão da moralidade fizessem a virtude residir naquilo que é adequado a todos, eles recomendavam principalmente a observância das virtudes do temor e respeito, do governo e do autodomínio e pouco se interessaram em enfatizar virtudes amáveis e gentis que pudessem tornar os sentimentos morais em vertente de simpatia mútua entre a pessoa afectada e o espectador imparcial, a pessoa que assiste a situação da outra pessoa e se coloca no seu estado.

O mesmo acontece com alguns sistemas modernos que, apesar de reconhecer que a virtude consiste na adequação daquilo que causa o nosso afecto em relação à uma determinada situação, não oferecem uma medida precisa a partir da qual se pode julgar a adequação do tal afecto.

Dentro desse contexto, Smith ao procurar uma forma em que se pode julgar a conduta e o carácter dos homens, encontra na conduta daquilo que os moralistas chamam de rectidão, a virtude de conveniência. Essa virtude se funda no princípio de simpatia que por sua vez, não pode ser encontrado em parte alguma, senão no sentimento de solidariedade que move o espectador imparcial.

Partindo da consideração de que muitos indivíduos na sociedade têm sido assolados por várias situações de miséria, são muitas vezes que o sofrimento vivido por esses indivíduos tem estimulado o nosso sentimento de simpatia, apelando-se desse modo a necessidade duma acção voluntária de solidariedade para com a condição miserável dos outros. Nesse sentido, a nossa pesquisa é guiada pelo seguinte problema: até que ponto a simpatia moral constitui um princípio de solidariedade em Adam Smith?

O objectivo geral do trabalho é analisar a simpatia como princípio de solidariedade em Adam Smith, e especificamente, pretende descrever a vida, obras e influências do pensamento de Adam Smith, explicar a simpatia como fundamento da aprovação moral e, justificar a solidariedade como compartilha de sentimentos. Para a concretização do trabalho, recorremos ao método de revisão bibliográfica e de interpretação textual.

1. **SIMPATIA COMO FUNDAMENTO DA APROVAÇÃO MORAL**

Como se afirmou acima, na *Teoria dos Sentimentos Morais* Smith procura fundamentar de que maneira se origina a capacidade que o homem tem de provar ou desaprovar as acções humanas ao partir do seu senso moral. Para ele, o princípio de aprovação é,

O poder ou faculdade do espírito que faz certos caracteres nos serem agradáveis ou desagradáveis, obriga-nos a preferir uma linha de conduta a outra; leva-nos a denominar uma de correcta e a outra de errada e a considerar a primeira como objecto de aprovação, honra e recompensa, a outra, de vergonha, censura e castigo (SMITH, 1999: 391).

Na antiguidade, os filósofos moralistas defenderam que o que garante a aprovação da moral é a disposição em assegurar a felicidade do homem partindo da virtude moral da prática do bem e do controlo das paixões por meio do uso da razão.

Na idade média, toda discussão sobre a moralidade estava virada ao olhar de um e único Ser Supremo, aquele criador de todas as coisas. Nesse caso, a moral estava subordinada ao teocentrismo, onde todas acções humanas seriam aprovadas moralmente se elas estivessem relacionadas com as leis divinas ou se fossem guiadas em nome de Deus.

Já na modernidade, a moralidade voltou a ser discutida em torno do próprio homem. Porém, as discussões tratadas a respeito da moral centraram-se em explicar o conceito que fundamentaria o padrão moral das acções. De facto, alguns consideraram que o fundamento da moral seria a razão, o dever, o valor moral das coisas, a utilidade das coisas, outros preconizaram a justiça, o discurso, etc, como conceitos que justificam a acção moral.

Segundo Smith, o princípio de aprovação moral das acções pode ser percebida através de três diferentes explicações que descrevem sobre a natureza humana. As três diferentes fontes atribuídas ao princípio da aprovação que se relacionam directamente com o facto das pessoas terem o senso de aprovar ou desaprovar, tanto as suas acções assim como das outras são, o amor de si, a razão e o sentimento.

Na visão de Smith, a primeira explicação que é relativa ao amor de si, está ligada ao facto em que aprova-se e desaprova-se as próprias acções, assim como das outras pessoas, pelo motivo a que essas acções tendem a fazer-nos felizes ou miseráveis. Nesse aspecto, Smith critica Hobbes quando este afirma que o homem junta-se na sociedade não por amor natural aos seus próximos, mas para auto-conservação uma vez que, sozinho não pode resistir com conforto e segurança. Na óptica de Smith, não podemos confundir o “amor de si” com o “egoísmo”. Para ele é natural que um indivíduo deseje a sorte do seu bem-estar ao manter a própria segurança e usufruir de maior tranquilidade, o egoísmo só é, quando este indivíduo supervaloriza unicamente a sua existência e deseja obter tudo que é prazeroso simplesmente somente para si e em contrapartida intenciona prejudicar aos outros. O egoísmo é um motivo de desaprovação moral, pois leva o indivíduo a passar por cima de outras pessoas.

A segunda explicação do princípio da aprovação tem que ver com a razão, porque seja em acções como em afectos, ela nos permite distinguir o verdadeiro do falso, capacita-nos a distinguir o adequando do inadequado, o que de certa forma em grande medida nos possibilitaria a indicar o certo e o errado.

No *Discurso do Método*, Descartes dá primazia a razão para a condução da verdade quando afirma que,

Quer estejamos em vigília, quer dormindo, nunca nos devemos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão. E deve-se observar que digo de nossa razão e de modo algum de nossa imaginação, ou de nossos sentidos […]. A razão não nos dita que tudo quanto vemos ou imaginamos, assim, seja verdadeiro, mas nos dita realmente que todas as nossas ideias ou noções devem ter algum fundamento de verdade (1979: 27-28).

Contra a ideia racionalista que preconiza a razão na procura da verdade, Smith afirma que a razão não pode tornar um objecto particular por si mesmo agradável ou desagradável e nem mesmo que seja a primeira percepção do certo e do errado.

Os iluministas escoceses rejeitavam a visão dos filósofos racionalistas, que acreditavam que os juízos morais seriam obtidos por meio da razão. Embora a razão participe da consideração sobre regras de moralidade, Adam Smith afirmava que as percepções primárias sobre certo e errado em cada situação são dadas pelo sentimento imediato e não pela razão (CABRAL, 2018: 6).

Desta forma, Smith chega a examinar a terceira e última explicação do princípio da aprovação ao referir que a distinção do adequado e inadequado, do certo e do errado é em tudo efeito de sentimento. *O princípio que serve de fundamento para que as pessoas aprovem ou não, tanto as suas próprias acções quanto as dos demais, não está assentado nem no egoísmo, nem no intelecto, mas no sentimento* (SANTOS e MARIN, 2014: 21).

Na visão de Smith, dependendo daquilo que certas acções ou afectos nos inspira, seja satisfação ou raiva, é o sentimento que deriva a percepção do agradável e do desagradável:

A razão somente pode mostrar que esse objecto é o meio para se obter algo que seja naturalmente agradável ou desagradável, e que dessa maneira pode torná-lo, por consideração a alguma outra coisa, agradável ou desagradável. Mas nada pode ser agradável ou desagradável por si mesmo, que os sentidos e o sentimento não nos tenham apresentado enquanto tal (SMITH, 1999: 398).

Em *Teoria dos sentimentos morais*, Smith parte do princípio de que os homens estão dotados de um conjunto variado de sentimentos. Nossas experiências sensíveis actuam sobre os sentimentos, e estes por sua vez, determinam nossas reacções e comportamentos. Para Smith, os diferentes sentimentos não são em si mesmos bons ou maus. Um homem é virtuoso na medida em que combina e contrabalança seus sentimentos de modo a ser capaz de agir com justiça, prudência e benevolência (CERQUEIRA, 2004: 426-427).

De forma geral, o sentimento é a base da aprovação moral porque dele deriva o entendimento sobre o certo e o errado, o adequado e o inadequado. Esse sentimento é explicado pelo princípio de simpatia, porque é a simpatia que determina e compreende a origem de todos sentimentos morais.

* 1. **A crítica de Smith ao princípio de utilidade**

O princípio de utilidade defende a tese segundo a qual uma acção é boa se as suas consequências forem úteis. Hutcheson e Hume consideram que a finalidade dos afectos e o julgamento moral depende do senso da beleza, pois a utilidade de um objecto qualquer só pode agradar ao dono dependendo do prazer e conforto que consequentemente lhe oferecer.

A ética de Smith contrapõe essa tese dos utilitaristas, pois ela não dá primazia às consequências. "Na sua ética, primeiro, o que comanda as posições, decisões e julgamentos são os motivos das acções e condutas. As consequências das acções e condutas, os resultados, as finalidades, são secundárias na análise" (MARIN e QUINTANA, 2011: 212).

Entende-se que não é a maneira que vemos a utilidade das coisas ou das pessoas que constitui a principal fonte de nossa aprovação ou desaprovação sobre a conduta, mas sim é a maneira como julgamos as acções pelas suas causas.

Para Smith, o julgamento moral provém do “senso de conve­niência”do que do senso de beleza das coisas. O “senso de conveniência” constitui o despertar para a análise dos motivo*s* das acções e condutas. O acto é moralmente um bem ou um mal dependendo mais do sentimento que o motivou do que do efeito por ele produzido; depende mais da conveniência percebida no compartilhar as emoções, do que do mérito ou demérito das acções e condutas (MARIN *et al.,* 2015: 200).

A conveniência expressa a adequação de uma certa conduta com o juízo moral estabelecido segundo o hábito e experiência vivida dentro da sociedade. Se por exemplo, a acção de uma pessoa não conflituar com o hábito moral da sociedade, de imediato julga-se que a sua acção convém e merece um certo aplauso, mas caso contrário, então merece ser repudiada. Quer dizer, concordando com Aristóteles e Zenão, na visão de Smith a conveniência de conduta consiste em escolher e rejeitar todos os objectos e circunstâncias que a sociedade atribui um valor de aprovação e desaprovação. Desta feita, a conveniência ou inconsciência da acção consiste na *adequação ou inadequação, na proporção ou desproporção que o afecto parece manter com relação à causa ou objecto que o suscita* (SMITH, 1999: 17).

O sistema moral que reduz a virtude à utilidade é absorvido pelo sistema da conveniência. Isso porque o carácter agradável ou útil precisa ser graduado segundo a conveniência da acção. Segundo Smith, o sistema da conveniência, precisa definir, não a utilidade do carácter, mas o grau apropriado, porque um afecto é moralmente útil se confinado a certo grau de moderação (MARIN *et al.,* 2015: 202).

Assim, entende-se que a conveniência é uma virtude fundamental na conduta moral, porque mostra a maneira pela qual devemos analisar as causas da conduta humana e nos adverte que em nome de maiores interesses de outros podemos renunciar os nossos maiores interesses.

Não obstante a crítica que Smith endereça ao utilitarismo, quanto à questão da avaliação do certo e do errado, o filósofo alinha-se em parte com o utilitarismo ao salientar que de tal modo que a conveniência aprecia o certo e o errado na medida em que suas qualidades são agradáveis ou não, o utilitarismo defende que todas as qualidades do espírito agradáveis ou vantajosas, seja para a própria pessoa, seja para outras, são aprovadas como virtuosas, e as contrárias, desaprovadas como viciosas.

* 1. **O espectador imparcial como juiz da conduta moral**

No acto do julgamento moral, necessariamente só se pode aprovar ou desaprovar as acções quando se toma um distanciamento das próprias condutas e acções de forma que, ao assistir e se imaginar na situação do outro seja possível analisar com justiça tais condutas e acções ou em outros termos, para se aferir um julgamento de conduta conforme o justo senso moral.

Uma vez que não é fácil se distanciar para fazer análise das próprias acções a não ser as dos outros, Smith cria a ideia do espectador imparcial[[3]](#footnote-4) com a intenção de fazer entender que, *jamais podemos inspeccionar nossos próprios sentimentos e motivos, jamais podemos formar juízo algum sobre eles, a não ser abandonando, por assim dizer, nossa posição natural e procurando vê-los como se estivessem a certa distância de nós* (SMITH, 1999: 140).

O espectador imparcial, aquele que em outras palavras Smith chama de "homem dentro do peito" ou "homem consigo mesmo", evidencia uma consciência interior que tem a capacidade de avaliar por meio do comportamento alheio aquilo que o homem em sua recta razão estaria em altura de apontar como correcto ou incorrecto. O espectador imparcial é aquilo que Smith chama de espelho da sociedade através do qual estamos possibilitados de moldar a nossa conduta individual dentro da esfera social.

Na obra *Uma Teoria da Justiça,* Rawls busca a ideia do espectador imparcial de Smith para fundamentar a transparência dos princípios da justiça criados na posição original sob o véu da ignorância cujo qual, para a construção duma sociedade justa, os indivíduos livres e racionais não devem saber da sua condição futura na sociedade.

RAWLS (2000: 200), chega a relacionar a ideia do espectador imparcial com o *observador ideal* quando afirma que algo é justo, se for aprovado por um espectador idealmente racional e imparcial que ocupa um ponto de vista geral e possui todo o conhecimento pertinente das circunstâncias. Uma sociedade justamente ordenada é aquela que recebe a aprovação desse observador ideal.

Segundo Rawls, “um espectador compreensivo, racional e imparcial é uma pessoa que adopta uma perspectiva geral: assume uma posição em que seus próprios interesses não estão em jogo e possui toda a informação e todo o poder de raciocínio necessários” (*Ibidem:* 203). Assim, é de salientar que o conceito que Rawls traz do espectador imparcial, até um certo ponto difere-se daquele empregue por Smith. Enquanto Smith situa o espectador imparcial no peito ou no âmbito sentimental simplesmente por via da imaginação, Rawls dá primazia a racionalidade e compreensão da situação a ser analisada.

Na análise das relações sociais empreendida por Smith, os agentes sociais necessitam que suas acções e comportamentos morais sejam aprovados não apenas pelos seus pares, mas também pelo julgamento do espectador imparcial, o qual pode ser considerado como a essência da consciência individual que se forma como um produto social e da moralidade (Vivenza *apud* SANTOS e MARIN, 2014: 12).

O espectador imparcial, o juiz de todas as condutas humanas, mostra que não somos os únicos nesse mundo, que nossas paixões devem se compa­tibilizar com as dos outros que nos cercam. O espectador imparcial é como se fosse a consciência de cada um, que actua sobre a pessoa, avaliando a sua própria conduta e as circunstâncias que envol­vem as outras pessoas, formando um juízo sobre o carácter moral, como se visse na acção moral um espelho que reflecte a si mesmo no convívio com as outras pessoas (MARIN *et al.,* 2015: 204).

A respeito da posição que o espectador imparcial ocupa na tarefa do julgamento moral, Smith afirma que,

Aqui, como em todos os outros casos, devemos nos ver não tanto sob a luz em que naturalmen­te nos mostramos a nós mesmos, mas sob a luz em que naturalmente nos mostramos aos outros. [...] Ainda que seja verdadeiro, portanto, que todo indivíduo, em seu próprio peito, natural­mente prefere a si mesmo que a todos os outros ho­mens, ninguém ousa olhar os outros de frente e declarar que age segundo esse princípio. [...] Se agisse de modo que o espectador imparcial pudesse compartilhar os princípios de sua con­duta, o que é, entre todas as coisas, a que mais deseja ver realizada, deveria nessa e em todas as outras ocasiões, tornar humilde a arrogân­cia de seu amor de si, reduzindo-o a algo que os outros possam aceitar (1999: 103).

Portanto, o espectador imparcial denuncia o egoísmo ou o amor de si exacerbado, uma vez que devemos em nossa imaginação examinar o nosso próprio carácter e conduta, da mesma forma que outras pessoas provavelmente poderiam examinar ao ponto de aprovar as medidas do nosso comportamento em cada tipo de experiência.

* 1. **O auto-julgamento da conduta moral**

Como se referiu antes, com a teoria moral o nosso autor pretende primeiramente analisar os princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o carácter de seus próximos e segundo de si mesmos. No auto-julgamento da conduta moral, do mesmo modo que a origem e fundamento de juízos é feito quanto aos sentimentos e conduta dos outros, também pode ser feito quanto aos sentimentos e conduta individuais.

Smith deixa claro que quando nos esforçamos para examinar a nossa própria conduta, seja para aprová-la ou desaprová-la, é evidente que em todos esses casos nos dividimos em duas pessoas. A primeira pessoa é o espectador, o juiz que se distancia dos próprios sentimentos e procura avaliar a acção como se fosse outra pessoa que o julga. A segunda é o próprio agente da acção a quem se julga.

Segundo Smith, aprovamos ou desaprovamos a conduta de outro homem na medida em que sentimos que ao fazer nosso o seu caso, podemos ou não compartilhar com os sentimentos e motivos que nortearam a sua conduta. E da mesma forma, aprovamos ou desaprovamos nossa própria conduta ao sentirmos que quando nos colocamos na situação do outro homem, podemos perceber as razões que determinaram a nossa conduta. Contudo, é de entender que mais do que termos a aprovação de outros homens sobre a nossa conduta, no que diz respeito a convivência dos homens dentro da sociedade, a aprovação de si mesmo é relevante, pois eleva até um certo ponto a auto-estima e a autenticação profunda da pessoa.

Examinamos membro a membro nossa pessoa, e colocando-nos diante de um espelho, ou por algum outro expediente, tentamos o mais possível nos ver à distância com olhos de outros. Se depois dessa inspecção ficamos satisfeitos com nossa aparência, poderemos suportar mais facilmente os mais adversos juízos alheios. Se, ao contrário, temos a consciência de que somos objecto natural de aversão, toda mostra de sua desaprovação nos mortifica desmedidamente (SMITH, 1999: 141).

Cada pessoa, em seu quotidiano, mesmo sem se dar conta, recorre ao julgamento do espectador imparcial ao analisar suas próprias condutas e acções. Por via disto, consegue identificar, embora não de maneira perfeita, o grau de conveniência ou inconveniência de seus actos em relação às regras sociais e até que ponto pela avaliação moral dos seus actos, ele merece admiração ou repúdio do homem que habita dentro do próprio peito. Caso suas condutas e acções sejam aprovadas por este espectador imparcial, por simpatia, esta pessoa aprova a si mesma (Quintana *apud* SANTOS e MARIN, 2014: 14).

Portanto, é de entender que para a aprovação moral das acções e escolhas que tomamos dia-a-dia na vida em sociedade, é necessário que exista um princípio que nos chama atenção ao modo como devemos agir na nossa relação social, tal é o princípio de simpatia que em conformidade com o valor que atribuí nas acções do outro, aprova ou desaprova tanto a conduta dos outros como a nossa.

**2.5. A simpatia como fundamento da aprovação moral**

Em termos vulgares, a simpatia pode ser percebida como um simples “gostar”. Quando alguém afirma que simpatiza comigo, está querendo dizer que ele gosta de mim ou possuo qualidades com as quais ele se identifica com elas e por isso deseja e quer se aproximar a mim. Da mesma forma, quando afirmamos que uma pessoa é simpática, queremos dizer que ela é agradável e sociável.

No *Dicionário de Filosofia,* indica-se que o conceito de simpatia é antigo e desdea antiguidade foi aplicado tanto para a realidadehumana quanto para a física, mas foi usado pelos filósofosantigos principalmente em relação ao mundo físico. Os estóicos conceberam a simpatia como nexo que interliga as coisas, mantém-nas ou as faz convergir para a ordem do mundo. Para Plotino, a simpatia era o fundamento da magia, dos encantamentos. Em Plotino, é graças a simpatia que há uma concordância natural entre coisas semelhantes e discordância natural entre as coisas diferentes, é graças a simpatia que também há grande número de potências variadas que colaboram para a unidade desse grande animal que éo universo (ABBAGNANO, 2007: 901).

A simpatia era vista como uma espécie de harmonia entre as coisas e a magia resultava dessa concepção da simpatia na medida em que pela união das coisas no universo, ela realizava efeitos extraordinários que animavam as coisas.

Entretanto, com o declínio da magia no mundo moderno, o significado de simpatia passou a indicar a comunhão de sentimentos entre homens. No que diz respeito a formação de todas as emoções humanas, Hume foi o primeiro a tratar da simpatia afirmando que,

Nenhuma qualidade da natureza humana é mais importante em si mesma ou em suas consequências do que a propensão que temos a simpatizarmos uns com os outros, a recebermos a comunicação das inclinações e dos sentimentos dos outros, por mais diferentes que sejam dos nossos ou mesmo contrários (Hume *apud* ABBAGNANO, 2007: 901).

Hume definiu a simpatia como um mecanismo de comunicação de sentimentos entre os homens, algo que acontece a todo momento nas relações humanas e que tende a promover o bem-estar dos homens através dum movimento de deslocamento de perspectivas que no final, permite ao sujeito adoptar um ponto de vista mais geral na formação dos juízos morais (SILVA, 2013: 20).

De Hume, Smith buscou o conceito de simpatia concebendo-o como a capacidade que os indivíduos têm de participar das emoções do outro. Assim, para Smith a simpatia seria a base da moral.

Ora, para discutir sobre a questão da simpatia, Smith começa por concordar com a linha do pensamento dos estóicos e em parte de Hobbes, quando afirma que antes, o homem é naturalmente guiado pelo princípio do “cuidado de si”[[4]](#footnote-5). Os homens têm primeiramente a disposição de pôr em prática as suas acções naturais que surgem exclusivamente por motivos de interesses individuais por amor-próprio.

Entretanto, ainda que exista no homem a aptidão natural de aperfeiçoar a sua existência procurando garantir os interesses próprios, na visão smithiana, há muitas situações em que não pensamos apenas em nós mesmos. Existe uma possibilidade que leva os homens a tornarem-se capazes de superar o seu estado egoísta, do exacerbado amor-próprio e por via disto, serem sensíveis com o sofrimento do outro.

Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela. Dessa espécie é a piedade, ou compaixão, emoção que sentimos ante a desgraça dos outros, quer quando a vemos, quer quando somos levados a imaginá-la de modo muito vivo (SMITH, 1999: 5).

A ideia que se defende é de que, o amor-próprio surge naturalmente e o amor ao próximo não tão facilmente assim. A ser assim, apesar de não conseguirmos amar por completo o próximo como a nós mesmos, em alguns momentos, somos capazes de agir como se amar ao próximo como amamos a nós mesmos fosse possível.

Em volta do interesse que manifestamos pela felicidade do outro, Smith fundamenta que como não temos experiência imediata do que o outro sentem, isto porque nossos sentidos jamais nos podem informar sobre o que ele sente ou nos levar além de nossa própria pessoa sentimental, somente podemos formar uma ideia de como ele é afectado se imaginarmos o que nós mesmos sentiríamos numa situação semelhante. Portanto, é somente por meio da imaginação que conseguimos nos situar no lugar dos outros homens. Ora, a que salientar que a nossa imaginação não é apenas uma simples ideia formada em nosso raciocínio, é imaginação daquilo que por termos ocasionalmente experimentado, visto ou escutado, nos permite criar uma ideia e compreender a maneira como afecta naquele momento o coração do nosso irmão.

É somente a partir da experiência que podemos formar alguma ideia do que se passa na mente do outro para poder nos colocar no seu lugar. Só por meio da imaginação nos é possível conceber quais são as suas verdadeiras sensações. *Imaginar-se no lugar do outro, vivenciar uma situação sentindo uma situação análoga ou colocando-se no lugar do outro é o ponto de partida da análise que Smith faz do indivíduo* (Ganem *apud* SANTOS e MARIN, 2014: 10).

Smith dá o nome de simpatia[[5]](#footnote-6), o motivo que através da nossa imaginação pelo sofrimento dos outros nos leva a colocarmo-nos no lugar deles, donde chegamos realmente a perceber o que os abala afectando dolorosamente os seus sentimentos ou mesmo em termos de alegria, o que anima o seu espírito.

De acordo com Smith, há certos princípios inerentes à natureza humana que, a despeito do comportamento egoísta dos indivíduos, fazem com que as pessoas se interessem pela felicidade alheia e embacem sua própria felicidade no êxito do próximo. Esses princípios foram sintetizados por Smith no conceito de simpatia[[6]](#footnote-7) cujas raízes remontam à obra de Hume (SILVA, 2015: 120).

A simpatiapode ser vista em duas formas: “sentir com o outro” e “simpatizar com”. “Sentir com o outro” não é o suficiente, pois podemos perfeitamente sentir com a outra pessoa, as mesmas alegrias e tristezas de um determinado acontecimento. “Simpatizar com” traz a nossa consciência o caso particular do outro, e também uma realidade igual a nosso próprio eu. Ter por igual esse real é a base do movimento do amor espontâneo ao ser humano (CADENA, 2013: 85-86).

Neste sentido, através da simpatiaa pessoa é capaz de sair da sua individualidade para participar dos sentimentos do outro e guiada pelo amor, ela pode identificar-se e dirigir-se aos outros seres humanos para realizar a humanidade.

A teoria moral de Smith está fundada na simpatia que consiste em compartilhar no imaginário: a dor, a felicidade, ou qualquer outro sentimento da outra pessoa, ou seja, o sentimento deve ser olhado com o olhar da pessoa que vive, tal seja, sentir conjuntamente aquilo que o outro sente (COELHO, 2014: 49).

O facto de se considerar que a simpatia determina o sentimento de aprovação moral, faz-se perceber claramente que em Smith, a simpatia é o fundamento da moral. A simpatia é o *alicerce de nossas “faculdades morais”, base para o julgamento da conduta e do carácter das outras pessoas e de si mesmo, ponderando que nossos julgamentos morais são dependentes de nossa situação social* (Megill *apud* VARGAS, 2015: 11)*.*

A simpatia expressa a moralidade que um certo espectador tem quando demonstra o seu afecto pelo outrem. Pela simpatia que o espectador possui em seu peito, na medida em que compartilha o seu afecto, acaba fazendo pela sua consciência uma avaliação moral do próprio comportamento. Em outras palavras, a simpatia permite que no acto de imaginação ao colocar-se no lugar do outro, o homem observe a sua própria acção para moralmente poder julgá-la se merece aprovação ou desaprovação.

Por conseguinte, para Smith a simpatia não é apenas a possibilidade de sentirmos um afecto pelas paixões doutrem, mas sim a possibilidade de reproduzirmos em nós mesmos as paixões do sujeito. E com isso ela se torna fundamento de toda a sociabilidade, pois, quando agirmos, levaremos em consideração não apenas os sentimentos de quem foi objecto de nossa paixão, mas também os afectos de terceiros, que ao ver nossa atitude se colorará no lugar do objecto, se sensibilizará com ele e julgará nossa acção (PASSOS, 2006: 21).

Na linha em que Smith apresenta o seu ponto de vista, dá a entender que os julgamentos morais que fazemos das acções depende da maneira como essas acções dependendo de cada situação, poderão afectar o nosso peito, porque julgamos os actos como correctos ou errados pela sensibilidade do contexto em que se avalia o acto.

Da mesma maneira que salientávamos que a nossa imaginação pelo sofrimento ou alegria do outro deve ser conforme a experiência que tivemos ao longo da vida, o que nos permitiria entender melhor a situação do outro, no fundo se percebe igualmente que a nossa simpatia se articula em regras morais estabelecidas no seio social.

Ao exercermos nossa simpatia, colocando-nos no lugar de outras pessoas, podemos avaliar se uma determinada acção é adequada ou não, ou, na linguagem da época, se é apropriada. Podemos também imaginar como agiríamos em situação semelhante; mais do que isso, podemos imaginar como as pessoas em geral considerariam aquele acto específico (BIANCHI e SANTOS, 2005: 03).

O acto de simpatizar, pela óptica smithiana, está intimamente ligado com as regras gerais de conduta que regulam a vida em sociedade, regras estas, em grande medida, vistas como aprovação e desaprovação de actos e condutas ou como resultados dos inúmeros julgamentos morais realizados pelos membros de um grupo social que ao longo do tempo vão consolidando hábitos e rotinas comportamentais considerados como adequados. Estes hábitos e rotinas passam então a ser considerados como regras balizadoras das condutas esperadas de cada agente individual pelo conjunto de agentes inseridos no grupo social (SANTOS e MARIN, 2014: 16).

É de frisar que embora para Smith assim como para Hume, a simpatia seja a base da moral, Smith tem uma concepção diferente de simpatia com aquela concebida por Hume. Enquanto Hume concebia a simpatia no sentido em que esta resulta do prazer que uma pessoa sente da beleza dos objectos ou de determinadas pessoas, Smith vê a simpatia no sentido em que esta consiste em compartilhar afectos, emoções ou sentimentos.

* 1. **O prazer da simpatia mútua na acção moral**

Agrada-nos quando percebemos que os nossos amigos, nossos semelhantes expressam uma simpatia pela nossa alegria. Mesmo quando expressam a simpatia pela nossa dor, ainda que essa simpatia chegue a reavivar a nossa dor, somos gratos pelo seu sensível sentimento, pois de certa forma isso alivia a dor que sentimos. Portanto, é agradável saber que outras pessoas se sensibilizam com todas as paixões do nosso peito, seja qual for a causa que as provocou. Pelo contrário, é pavoroso saber que ninguém sente simpatia por nós. Diz Smith,

Como ficam aliviados os infelizes quando encontram uma pessoa a quem podem comunicar a causa de sua dor! Com essa simpatia parecem livrar-se de parte de sua aflição; e não sem razão se diz que essa pessoa partilha dela. Não apenas sente a dor da mesma espécie que ele sente, mas é como se houvesse transposto parte dela para si próprio; o que ela experimenta parece aliviar o peso do que eles sentem (1999: 13).

Pelo prazer que sentimos ao observar a simpatia do outro pela nossa situação, desejamos mais que os nossos amigos compartilhem dos nossos ressentimentos, das nossas dolorosas emoções da dor, pois essas são desagradáveis e necessitam de um consolo.

É importante por via disto, ressalvar que naquilo que Smith considera de simpatia mútua, existe um recíproco acto de compartilhar os sentimentos. Aqui, os agentes morais julgam a conveniência ou inconveniência dos afectos alheios, por consonância ou dissonância em relação aos seus afectos. Com isso quer se dizer que, todo o homem julga o carácter, a aptidão do outro da mesma maneira que ele mesmo mede o seu carácter, seja aptidão. Isso acontece justamente porque os motivos que foram a causa dos sentimentos dos outros, são diferentes dos nossos ou têm uma relação particular com aquilo que também causou os nossos sentimentos ou paixões. A respeito disso, Smith argumenta que,

Quando as paixões da pessoa a quem principalmente concernem estão em perfeita consonância com as emoções solidárias do espectador, necessariamente parecem a este último justas e próprias, adequadas aos seus objectos; e, ao contrário, quando, colocando-se no lugar dele, descobre que não coincidem com o que sente, necessariamente lhe parecem injustas e impróprias, inadequadas às causas que as suscitam. Portanto, aprovar as paixões de um outro como adequadas a seus objectos é o mesmo que observar que simpatizamos inteiramente com elas; e não aprová-las como tal é o mesmo que observar que não simpatizamos inteiramente com elas. O homem que se ressente das ofensas que me infligiram, e nota que me ressinto exactamente da mesma maneira que ele, necessariamente aprova meu ressentimento. O homem cuja simpatia tem o mesmo ritmo da minha dor só pode admitir que minha infelicidade é sensata. Quem admira o mesmo poema ou mesmo quadro, e os admira exactamente como eu faço, certamente tem de admitir que minha admiração é justa. Quem ri da mesma piada, e ri comigo, não poderá negar que meu riso é adequado. Ao contrário, a pessoa que, nessas diferentes ocasiões, ou não sente nada proporcional com o que experimento, não pode evitar desaprovar meus sentimentos, por sua dissonância com os seus (1999: 15-16).

A simpatia mútua é de facto agradável porque preserva a moralidade, a harmonia entre as pessoas, mas ao contrário, caso não exista essa mútua simpatia, justamente porque não se compartilha os mesmos motivos sentimentais, o risco que se corre é o da discórdia entre as pessoas. As pessoas se tornam insuportáveis, intolerantes, desprezíveis uma das outras, quando estas observam que entre elas não existe nenhum tipo de sensibilidade proporcional face à dor, às ofensas, ao ressentimento ou à adversidade da vida.

Para que haja uma correspondência sentimental entre as pessoas nas diversas situações que vivenciam, de maneira que seja possível a existência de simpatia proporcional entre o espectador da situação do outro e a pessoa directamente atingida ou afectada pela situação, é necessário a consideração do outro como um eu.

Nesse caso, Smith traz um ponto intermédio de harmonia entre os indivíduos ao considerar que, embora o espectador não conceba com a mesma intensidade o grau da situação do sofredor, ele deverá no máximo, antes de tudo, se esforçar para colocar-se na situação do outro, tornar sua cada forma de manifestação que ocorre no sofredor e procurar o mais possível interpretar a sua simpatia provocada pela imaginação da situação do sofredor. Por sua vez, a pessoa directamente atingida, nesse caso o sofredor, deve também procurar rebaixar a sua emoção natural até aquele limite em que os espectadores são capazes de o acompanhar em suas emoções solidárias.

Na mesma perspectiva, SILVA (2015: 121), ressalta que deve-se ter em conta que as noções de simpatia e de sentimento de solidariedade partem de uma dinâmica de reciprocidade, ou seja, assim como o espectador simpatiza com os sentimentos alheios ao colocar-se na situação da pessoa directamente afectada, essa pessoa deve também tentar rebaixar seus sentimentos até um nível compreensível em que o outro sente por ela, a fim de que seus sentimentos possam ser acompanhados pelo espectador imparcial.

Ademais, Smith considera que é uma virtude respeitável se a pessoa directamente atingida por uma determinada situação, consegue em suas próprias emoções se rebaixar de maneira que o seu estado sentimental corresponda o mais possível ao do espectador. É uma virtude gentil e amável, quando o espectador se esforça em viver como se fosse sua a situação do sofredor e ao mesmo tempo poder simpatizar com o estado por ele vivido.

1. **SOLIDARIEDADE COMO COMPARTILHA DE SENTIMENTOS**

Etimologicamente, o termo solidariedade deriva do latim *solidum,* que significa totalidade, soma total, ou ainda, *solidus,* que significa sólido, maciço, inteiro (LUZIO e OLIVEIRA, 2010: 103).

A origem da solidariedade remonta para a antiguidade clássica, a partir da afirmação de Protágoras, de que “o homem é a medida de todas as coisas”, e, portanto, da constatação de que o ser humano é um animal social e a convivência social é uma necessidade para tornar a vida menos custosa e sacrificante (WEIDLICH e SCHNEIDER, 2015: 2242).

Na idade média, com o teocentrismo, a solidariedade foi vista como caridade, portanto, possuía valor moral da união do homem com seu próximo.

A concepção de solidariedade foi retomada na modernidade a partir dos ideais da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), quando então se disseminou o dever de prestar ajuda para aqueles que necessitam, confundindo-se os conceitos de solidarismo, caridade e filantropia (*Idem*).

Na concepção pré-moderna, a solidariedade é entendida como amor altruísta ao próximo, tendo sua origem nos termos fraternidade e irmandade. Esse conceito, *fraternité*, foi adoptado na revolução francesa e tornou-se lema de luta para a construção de uma sociedade de cidadãos igualitários. Em consequência, a concepção de luta da *fraternité* passou a ter um significado político. Com o início da revolução dos trabalhadores de 1848, passou-se a adoptar o conceito de *solidarité* (Brunkhorst *apud* WESTPHAL, 2008: 44).

Com a ideia exposta, compreende-se que na concepção actual, o termo solidariedade tem a sua origem no século XIX, devido aos motivos resultantes da revolução industrial, onde os membros da classe trabalhadora pela experiência comum de miséria que aflituava as suas condições de vida, apelavam ao sentimento de igual pertença no meio social. Compreende-se desta forma que, fora dos benefícios sociais que a revolução industrial trouxe, a que dizer que também estimulou o egoísmo e a miséria resultante das desigualdades sociais. Em consequência disso, a modernidade foi tomado pelo individualismo, pela valorização do “eu” rebaixando dessa forma, o outro.

Com esse esquecimento do outro motivado pelo individualismo, houve de facto necessidade de voltar a pensar numa nova maneira de valorizar as relações entre os indivíduos, ao optar por acções de carácter moral. A solidariedade foi uma forma humanitária de demonstrar a caridade pela miséria dos outros e ao mesmo tempo foi uma forma de repor as relações sociais.

Émile Durkheim aponta para a existência de diferentes espécies de solidariedade: mecânica e orgânica. A solidariedade mecânica vincula directamente o indivíduo à sociedade ao partilharem uma consciência comum. A solidariedade orgânica, pelo contrário, pressupõe a personalidade singular do indivíduo e decorre da divisão do trabalho (WEIDLICH e SCHNEIDER, 2015: 2244).

As formas de solidariedade que Durkheim traz, remetem-nos a pensar que existe um tipo solidariedade virada aos interesses próprios, nesse caso a solidariedade orgânica que é efectuada por meio de troca de tarefas e um outro virado a valorização social em que os indivíduos por amor aos seus próximos conseguem solidarizar com eles num verdadeiro estado de dar o seu afecto. O sentido moral de solidariedade é aquela que encontramos na visão da solidariedade mecânica.

A solidariedade é moralmente uma *condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo de unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora* (Polito *apud* LUZIO e OLIVEIRA, 2010: 103).

O egoísmo e o individualismo mostram-se como barreiras para a concretização da solidariedade. Assim, em contraponto à ideia de egoísmo, de indiferença e individualismo, a solidariedade surge para assentar sua base na importância para com o outro, na vida em comunidade. O outro, por ser um pedaço da comunidade, é um pedaço de si próprio e, portanto, deve ser valorizado. A solidariedade mostra-se como um paradigma ético actual, pois é somente a partir da solidariedade que é possível encarar as relações sociais (MORAES, 2008: 4).

De modo geral, a solidariedade é um valor ético que reúne e mantém a sociedade num contexto em que os homens convivem entre si em união, cooperação, dignidade, contrapondo-se a todo tipo de individualismo.

* 1. **A solidariedade como manifestação da simpatia em Smith**

Smith nomeou a capacidade que o espectador tem de se colocar em uma circunstância distinta e imaginar os sentimentos alheios de sentimento de solidariedade. Essa concepção de solidariedade se apoia na ideia smithiana de que os homens são espelhos uns com os outros (Ganem *apud* SILVA, 2015: 120). Em Smith, compartilhar emoções, imaginar os sentimentos dos outros, é o acto e sentimento de solidariedade.

Embora nossa simpatia seja por qualquer tipo de paixão, ela é mais viva quando é em relação ao sofrimento e não alegria. No olhar de Smith, *a palavra simpatia, em seu significado mais apropriado e original, denota nossa solidariedade (fellow-feeling) para com os sofrimentos, e não para com as alegrias de outros* (SMITH, 1999: 51).

A maior tendência da nossa solidariedade é pelo sofrimento. Porém, se não conseguimos participar de forma intriga na alegria do outro, nem mesmo em seu sofrimento não sentiremos nenhum tipo de solidariedade. O motivo que leva o homem a não manifestar a sua solidariedade pelo outrem, se deve a inveja. Em relação ao caso em que a inveja intersecta o peito duma pessoa, Smith assegura que, quando nenhum caso inspira inveja pelo outrem, nossa tendência a simpatizar com sua alegria é muito forte do que simpatizar com o sofrimento, porque nesse caso é sempre desagradável e chocante assistir o sofrimento do outro. *É agradável simpatizar com a alegria; e sempre que a inveja não se oponha a isso, nosso coração entrega-se com satisfação aos mais elevados transportes dessa emoção encantadora. Mas é doloroso acompanhar a dor, e sempre dela partilhamos com relutância* (*Ibidem:* 54).

Em todos casos, a que dizer que o sentimento de solidariedade não se cinge apenas na maneira como a outra pessoa sentimentaliza pela dor do seu semelhante, envolve também a forma como a outra pessoa se sensibiliza com qualquer tipo de paixão sentida pelo seu semelhante, isto é, além se solidarizarmos apenas com aflição, o mesmo pode ser com a alegria.

Segundo SIMÕES (2001: 9), a nossa solidariedade não está presente somente nos momentos em que nossa simpatia é explorada ou quando pessoas sentem alegria ou tristeza; existem paixões que deveriam despertar nossa solidariedade, mas não despertam, como por exemplo, no caso de um Homem com comportamento furioso.

Partindo da visão em que ROBERTS (p. 29-30), afirma que os *actos de caridade não são motivados pela mesma emoção que nos instiga a nos protegermos e a evitar a dor e o sofrimento. O que nos incita a cuidar do próximo é o desejo de agir de forma honrada e nobre,* faz todo sentido afirmar que a solidariedade se funda no facto dos homens serem sociais uns aos outros. Só é capaz de manifestar a sua solidariedade pelo seu irmão, amigo, aquele Homem que por viver na sociedade entende o quão as pessoas que sofrem, necessitam de um consolo, de uma ajuda que por mais que não seja material, mas que seja pelo menos psicológica, pode até certo ponto aliviar a dor sentida por elas e consequentemente reanimar a sua alegria.

Contra Hobbes que defendia a ideia de que o homem é um ser egoísta, porque dentro duma guerra de todos contra todos, procura somente salvaguardar os seus interesses, Smith é da opinião de que a solidariedade entre os homens é natural e é notável. Nenhum homem sobreviveria por exemplo duma doença, se não existisse a família, os médicos a zelarem pelo seu bem-estar. Por acaso, elogiamos aquele Homem que muito consegue ser generoso, companheiro e solidário para com as outras pessoas e em contrapartida não vê motivo de tanto orgulho pelos bens materiais e económicos que possui como se constituíssem tudo em sua vida. Podemos dizer inteiramente que a felicidade humana está em saber conviver da melhor maneira com os outros na sociedade. O bem-estar da sociedade proporciona o nosso bem-estar individual.

O sentimento de compaixão ou piedade diante a desgraça dos outros quer quando vemos ou imaginamos estar na pele dos outros, não se limita somente aos virtuosos e humanitários, é também um princípio de simpatia, de solidariedade que se forma entre as pessoas (SIMÕES, 2001: 9).

Pela nossa simpatia, naturalmente solidarizamos com os males da miséria que perturbam as outras pessoas. Simpatizamos como diz Smith, quando vemos alguém a ser torturado, quando se desfere um golpe sobre a perna ou braço duma pessoa, uma mãe ou pai naturalmente pela simpatia que tem do filho, solidariza com ele quando ouve os seus gemidos num estado de enfermidade. Solidarizamos com os efeitos da dor, da angústia causados por um infortúnio, pelas tragédias e muitas outras circunstâncias que produzem efeitos de tristeza, isso excepto a descrição daquelas circunstâncias que motivam a nossa simpatia pela alegria.

**3.3. O valor da solidariedade para a construção social**

Uma vez que, "o comportamento social aconselhável para o Homem é aquele determinado dentro do seu convívio social, aquele aceito por todos e que não causa transtorno para a sociedade" (SIMÕES, 2001: 14), torna-se pertinente dizer que a solidariedade para com o sofrimento, dor, miséria das outras pessoas, aquela que resulta do compartilhar sentimentos, é um meio aceitável para a edificação responsável pela sociabilidade entre os indivíduos.

Sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autónomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a praxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias”, porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, *mas também o interesse afectivo por essa particularidade* (Honnety *apud* JÚNIOR, 2012: 247).

Na citação acima exposta, entende-se que a solidariedade é determinada pelo esforço da luta por reconhecimento no estado social em que o reconhecimento se dá aos sujeitos da comunidade na forma de valorização das suas contribuições individuais para a realização dos objectivos sociais.

A solidariedade é a *condição do processo de individuação e de diálogo, portanto, a condição para a sobrevivência dos indivíduos* (Habermas *apud* NEISS, 2018: 71). A solidariedade é referente aos indivíduos enquanto membros de uma comunidade na qual foram socializados; está referida ao bem dos indivíduos irmanados numa forma de vida compartilhada intersubjectivamente e, também para a conservação da integridade dessa forma de vida. Para Habermas, a exigência de interesses com carácter universal, vincula a solidariedade com a ética e o agir comunicativo (*Ibidem:* 76).

No pensamento de Habermas, a solidariedade fundamenta-se racional e necessariamente como um compromisso moral de respeito mútuo ou recíproco entre os indivíduos sociais, o que pode dar a entender que a solidariedade recupera as relações de humanidade.

Por sua vez, Bauman considera que na questão da relação com o outro, somos conduzidos a reflectir sobre o problema da igualdade dos homens e da nossa responsabilidade para com eles e nós mesmos. Assim sendo, para que exista uma similaridade, uma responsabilidade de condição entre o eu e o outro, BAUMAN (1999: 249), afirma que para um destino comum bastaria a tolerância mútua; e o destino comum requer uma solidariedade.

Na visão de Bauman, o individualismo é um facto que caminha para isolamento social das pessoas, onde os homens vivem para si, por si, com vista apenas ao seu bem-estar, não se preocupando com a sociedade. Neste sentido, a solidariedade mostra-se como um instrumento que visa combater o individualismo do afastamento social para construir a humanidade.

É preciso conceber a solidariedade não apenas como um valor humanista que se atribui aos outros e à comunidade que nos reúne, mas, sobretudo, como condição práticada sobrevivência de uma sociedade (NEISS, 2018: 71). Com isso, significa que todo ser humano necessita de viver em sociedade, em convivência mútua para a sua sobrevivência e realização humana. Como referia Platão, nenhum homem basta a si mesmo, ele necessita do outro para se completar. É dai que, fase aos cenários calamitosos, de tristeza, de humilhação ou desespero, um ombro amigo traz na outra pessoa uma esperança animadora do seu espírito e a permite repor as suas energias de vida.

A solidariedade como sentimento de sentir pelo sofrimento do outro, suscita uma intervenção humana de partilha social em que um olha por todos e todos olham por um. Portanto, uma vez que pela convivência social, todos os indivíduos olham pelas necessidades dos outros, a solidariedade se torna uma acção que supera o individualismo, o egoísmo excessivo e assim, passa a ser um valor basilar da construção social.

A simpatia como sentimento que motiva a solidariedade, tem grande importância na argumentação de Smith sobre como julgamos os comportamentos alheios, mas também sobre como moderamos nosso próprio comportamento de modo a permitir que o auto-interesse de cada indivíduo não degenere num conflito sem regras que inviabilize a vida em sociedade (PACHECO, 2016: 22).

Devido ao valor que o sentimento de solidariedade exerce na formação de uma sociedade unificada pela convivência entre os indivíduos inseridos dentro dela, ao buscar aquilo que Rousseau defendeu no *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade*, que a desigualdade moral ou política *consiste nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles* (2001: 39), Smith alerta o risco da corrupção de nossos sentimentos morais que pode ser provocada pela ambição ou pela disposição de admirar os ricos e grandes, e desprezar ou negligenciar os de condição pobre. A razão disso de acordo com Smith, se explica pelo facto segundo o qual os homens animam-se por exibir a riqueza e esconder a pobreza, isto porque estão mais dispostos a simpatizar completamente com a alegria do que com a dor.

Assim, o nosso filósofo refere que a disposição que o homem tem de pensar que pela vaidade conquistará a atenção e a aprovação e por via disto, envergonhar-se de sua pobreza, constitui um facto de distinção social e é ao mesmo tempo a grande e mais universal causa de corrupção de nossos sentimentos morais, porque ao imitarmos os ricos, menos nos interessamos com o respeito pela virtude e com o convívio social.

Contudo, Smith é da ideia de que para que não haja essa corrupção dos sentimentos, uma vez que respeitamos mais os ricos e grandes do que os nobres e humildes, é importante que antes de sermos tão ambiciosos e vaidosos observemos o nosso senso de dever, pois ele apela o respeito pelas regras gerais de conduta através das quais damos valor a nossa vida e como humanos nos tornamos capazes de ordenar as nossas acções.

**5. Conclusão**

A questão do fundamento da moralidade é abordada por Smith na *Teoria dos Sentimentos Morais,* onde considera que a simpatia fundamenta a solidariedade por meio da compaixão ou compartilha de sentimentos.

Em Smith, a simpatia pode ser vista em três sentidos, primeiro como um sentimento de solidariedade que se manifesta pelo interesse do bem-estar doutros homens, segundo como compaixão pelo sofrimento alheio e, terceiro como o compartilhar de qualquer outro tipo de emoção sentida por alguém, seja alegria ou tristeza. Contudo, de forma mais ampla a simpatia implica colocar-se no lugar do outro e imaginar a sua situação. No pensamento de Smith, é justamente a simpatia que explica todos os nossos juízos morais. A simpatia exerce um papel preponderante na aprovação ou desaprovação da nossa acção moral face ao olhar e consideração da situação do outro.

A simpatia transforma os indivíduos em seres sociais, ela nos torna agentes morais porque é através de nossas relações com outros indivíduos que nos tornamos auto-conscientes. Assim, temos a entender que no pensamento de Smith, a moralidade é resulta da vida em sociedade, portanto, apesar de reconhecer que naturalmente os homens interessam-se pela sorte dos outros, Smith recusa que a moralidade é algo natural aos homens porque é pela vida que se leva na sociedade que os indivíduos regulam as suas paixões ou sentimentos.

É de referir ainda que, a simpatia de acordo com Smith é mediada pelo espectador imparcial, pois é este que julga a conduta humana. Tal como afirma Smith, nenhum espectador imparcial pode concordar com o homem que perturba a felicidade do outro apenas porque ele encontra-se no seu caminho, tirar dele aquilo que lhe é realmente útil apenas porque pode ser tão ou mais útil para sua vontade ou ainda ganhar das custas da outra pessoa a satisfação de interesses individuais.

Porque a simpatia moral deve resultar dum sentimento pelo amor ao próximo, onde o homem sente necessidade de ser solidário ou partilhar com outros homens o que possui, temos a concluir que o pensamento de Smith oferece ao mundo actual um ponto de vista integral para a construção da humanidade. A solidariedade deve ser encontrada no seio social através da simpatia pelo outro. O que significa que, a solidariedade se assume como um compromisso moral. Ela supera o individualismo e responsabiliza o indivíduo para a convivência saudável com o seu próximo.

# 6. Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência,* s/n, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

CERQUEIRA, Hugo. *Adam Smith e o Surgimento do Discurso Económico,* Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Sobre a Filosofia Moral de Adam Smith,* Síntese - Revista de Filosofia, vol. 35, 2008. pp. 5-86.

BIANCHI, Ana e SANTOS, Antónia. *Adam Smith: filósofo e economista,* Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, ano 3, nº 35, 2005.

CABRAL, Daniel. *A Dimensão Moral e Comportamental da Obra de Adam Smith,* Monografia de Bacharelato, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2018. 51p.

CADENA, Nathalie. *Scheler, os valores, o sentimento e a simpatia,* Revista Ética e Filosofia Política, vol. 2, n° 16, 2013. pp. 76-88.

CORTINA, Adela e MARTÍNEZ, Emílio. *Ética,* s/n, São Paulo, editora Loyola, 2005.

DESCARTES, René. *Discurso do Método,* 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

DORTIER, Jean-François. *Dicionário das Ciências Humanas,* 1ª edição, Lisboa, CLIMEPSI Editores, 2006.

DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. *Dicionário de Filosofia,* s/n, Portugal, Porto Editora, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito,* 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2006.

JÚNIOR, Douglas. *Revistando a Questão da Solidariedade na Teoria Crítica,* Revista de Teoria Crítica, 2012. pp. 236-259.

LAISSONE, P. *et al..* *Manual de Ética Geral,* Beira, Universidade Católica de Moçambique, 2017.

LUZIO, Luís e OLIVEIRA, Bernardo. *Solidariedade e natureza humana,* serv. soc. Revista, Londrina, vol. 13, n° 1, 2010. pp. 102-118.

MARIN, Solange e QUINTANA, André. *Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth: uma crítica do utilitarismo,* Nova economia,Belo Horizonte, vol. 2, nº 22, 2011. pp. 197-218.

MARIN, *et al..* *O espectador imparcial de Adam Smith e o observador ideal de John Rawls: uma crítica à ética utilitarista,* São Paulo, Estudos de Economia, vol. 45, n° 1, 2015. pp. 185-214.

MORAES, Maria. “O princípio da solidariedade”. In: MATOS, Ana Carla. *A construção dos novos direitos*, s/n, Porto Alegre, Núria Fabris, 2008.

NEISS, Silvestre. *Justiça e Solidariedade em Habermas.* Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2018.

PASSOS, Eduardo. *“Das Adam Smith Problem” - Uma análise comparativa das obras a Teoria dos Sentimentos Morais e a Riqueza das Nações de Adam Smith.* Monografia submetida ao Departamento de Ciências Económicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PACHECO, Luíz Henrique. *Amartya Sen, Leitor De Adam Smith,* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Económicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. 72p.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça,* 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade,* s/n, Ridendo Castigat Mores, Brasil, 2001.

ROBERTS, Russ. *Como Adam Smith Pode Mudar Sua Vida,* s/n, Rio de Janeiro, editora sextante, s/ano.

SANTOS, Cezar e MARIN, Solange. *Os fundamentos filosófico-morais de Adam Smith e a leitura tradicionalmente “ensinada” de sua obra.* SMITH, Adam. *A Teoria dos Sentimentos Morais,* 1ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *A simpatia e o espectador imparcial na obra de Adam Smith: o “homem prudente” como resultado dos hábitos e costumes sociais,* filosofia de la economia, vol. 3, 2014. pp. 5-24.

SILVA, Natasha Pergher. *A filosofia moral na economia política clássica: o pensamento de Adam Smith,* Rio de Janeiro, Synthesis, vol. 8, nº 1, 2015. pp. 113-125.

SILVA, Lucas. *David Hume e a simpatia: em busca de uma ética não antropocêntrica.* Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia. Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013. 95p.

SIMÕES, Juliano. *Racionalidade económica, Auto-interesse e Justiça em Adam Smith,* Relatório final de pesquisa, PIBIC, chamada 1, 2001. pp. 1-45.

VARGAS, Juliano. *A economia e a filosofia moral de Adam Smith: uma abordagem integral de seus escritos,* 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória, 2015.

1. Mestre em Educação e Licenciado em Filosofia pela Universidade Pedagógica de Moçambique; [↑](#footnote-ref-2)
2. Licenciada em Filosofia pela Universidade Pedagógica de Moçambique; [↑](#footnote-ref-3)
3. Ser imparcial denota a decisão moral não sustentada unicamente por determinado interesse pessoal, como no caso do egoísmo, nem pelo desejo privado elevado à categoria de princípio moral a ser adoptado por todos os outros, como nos casos da tirania e da arrogância. Ser imparcial é adoptar uma conduta ou uma acção de concordância social, e não de acordo com algum interesse parcial dos indivíduos. É o procedimento humano presente quando se quer tomar a decisão moral, bem como quando se quer definir a aprovação ou desaprovação, socialmente acordada, de uma conduta ou acção (MARIN *et al.,* 2015: 186). [↑](#footnote-ref-4)
4. Na obra *Hermenêutica do Sujeito,* para Foucault o “cuidado de si” equivale a ocupação ou preocupação consigo mesmo, uma forma de ser, uma atitude de relação consigo mesmo e um conjunto de práticas de reflexão. Diz Foucault, “primeiramente […] o cuidado de si é uma atitude para consigo, para com os outros, para com o mundo. Em segundo lugar, o cuidado de si é também uma certa forma de atenção, de olhar […] implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento […]. Em terceiro lugar, a noção do cuidado de si não designa simplesmente esta atitude geral ou esta forma de atenção voltada para si. Também designa sempre algumas acções, acções que são exercidas para consigo, acções pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos” (2006: 14-15). [↑](#footnote-ref-5)
5. Etimologicamente o termo simpatia deriva do grego *Sun* (com) e *pathos* (sofrimento). No sentido lato, é a afinidade, quer entre certos seres, quer entre certas ideias. Vulgarmente, o termo designa a afeição espontânea por alguém. De modo mais preciso, a noção psicológica de simpatia corresponde a um contágio quer fisiológico, quando um indivíduo reproduz mecanicamente as atitudes de um outro, quer mental, quando se cria entre dois ou vários indivíduos uma comunidade de sentimento que pode ir à fusão afectiva (DUROZOI e ROUSSEL, 2000: 350). [↑](#footnote-ref-6)
6. A origem da simpatia está na acção de um indivíduo colocar-se na situação do outro, imaginando como se sentiria frente a uma determinada circunstância. De acordo com Smith, não se podem conhecer os sentimentos alheios sem que essa transposição seja feita (SILVA, 2015: 120). [↑](#footnote-ref-7)